

ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PONTA GROSSA - PR

Jeanine Mafrá Migliorini ¹
Ana Luiza Ruschel Nunes ²

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da educação patrimonial como ferramenta para a preservação da memória coletiva e a construção de identidades urbanas, com foco no patrimônio arquitetônico de Ponta Grossa, Paraná. A cidade, com 200 anos de história, possui um rico acervo de edificações tombadas, mas enfrenta desafios como a descaracterização e demolição de prédios históricos devido à falta de políticas públicas eficazes e à pouca conscientização da população. O estudo propõe a articulação entre educação patrimonial, arte e formação cidadã para reverter essa situação, promovendo a valorização do patrimônio como recurso pedagógico. O referencial teórico-metodológico baseia-se em autores como Paulo Freire (1987), Henri Lefebvre (2001) e Françoise Choay (2001, 2011), destacando a educação como prática libertadora e a importância da apropriação cidadã do espaço urbano. A metodologia adotada é qualitativa, com revisão bibliográfica sobre educação patrimonial, formação do espaço urbano e a relação entre arte e patrimônio. O estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, integrando arte, história e cidadania, para sensibilizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio. Os principais resultados indicam que a educação patrimonial, aliada à arte, pode formar cidadãos críticos e ativos na preservação da memória coletiva. A pesquisa sugere que a falta de políticas públicas e a alienação da população em relação ao patrimônio são os principais obstáculos para sua preservação. Propõe-se a criação de práticas educativas inovadoras, como materiais didáticos e o uso de tecnologias digitais, para ampliar o alcance da educação patrimonial. Conclui-se que a preservação do patrimônio deve ser um processo social, envolvendo a comunidade na construção de uma cidade mais justa e humanizada, garantindo a memória coletiva para as futuras gerações.

Palavras-chave: Educação patrimonial, Patrimônio arquitetônico, Cidadania crítica, Ponta Grossa.

INTRODUÇÃO

O homem vive em comunidades desde a Pré-História. Esses conjuntos urbanos ganham novas formas, funções e maneiras diferentes de se constituírem, estando em constante ressignificação. As edificações são testemunhos da história no espaço e, através delas, reconhecemos e diferenciamos as cidades. São compostas por camadas de tempo (Ching, 2016). Segundo Saldanha (2005), a transformação das edificações é um testemunho das evoluções das formas sociais e da autoimagem, englobando diferenças sociais, divisão de posições e funções, assim como a própria arte com padrões e estilos. Espaços públicos e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEPG/PR, jmigliorini@uepg.br;

² Professora Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEPG/PR, analuizaruschel@gmail.com



privados se tocam e se complementam, formando a unidade urbana. Lefebvre (2001) discorre que a interação entre público e privado define o urbano.

As cidades integram nosso patrimônio cultural, sendo suas edificações marcantes no espaço por sua materialidade. No entanto, são também as mais negligenciadas. Ao longo da história, a arquitetura e o urbanismo moldaram o ambiente físico e influenciaram relações sociais, culturais e simbólicas (Ching, 2016). A valorização do patrimônio arquitetônico é essencial para preservar a memória coletiva e educar novas gerações sobre sua importância na construção da cidade e da cidadania.

Ponta Grossa – PR, cidade de médio porte com 200 anos de história, possui um rico patrimônio arquitetônico com diversas edificações tombadas. No entanto, esse patrimônio não tem recebido a devida atenção e conservação. Muitos prédios históricos foram descaracterizados ou demolidos devido à falta de políticas públicas eficazes e à pouca conscientização popular sobre sua importância. Os moradores reconhecem alguns desses edifícios, mas não compreendem sua relevância ou a necessidade de preservá-los. Essa alienação coloca o patrimônio em risco. A transformação do espaço público e privado, em uma sociedade que prioriza o presente em detrimento da história, reforça a urgência de promover uma educação patrimonial como elemento vital da cultura urbana.

Este texto discute como a educação patrimonial, articulada à arte, pode formar cidadãos críticos e ativos na preservação da memória coletiva. Embora Ponta Grossa tenha uma rica história materializada em suas edificações, há uma carência significativa de políticas públicas e de uma cultura de valorização desse patrimônio. A investigação dessa questão é necessária para entender como esse patrimônio pode ser reconhecido como parte da identidade urbana e da educação cidadã.

Segundo Ching (2016), cidades e edificações são registros históricos que nos permitem compreender o desenvolvimento social, cultural e econômico de uma comunidade. Isso torna o patrimônio arquitetônico um recurso educacional valioso, especialmente na conscientização sobre a importância da preservação da memória urbana.

Ponta Grossa enfrenta o desafio de preservar seu patrimônio em meio à modernização e urbanização aceleradas. No século XX, muitas edificações foram demolidas ou descaracterizadas pela ação do tempo, falta de políticas públicas e desinteresse dos proprietários, que veem as construções antigas sem valor econômico. Para Monastirsky (1997), a ausência de uma cultura de preservação está ligada à falta de conscientização e educação sobre esses bens culturais, resultando no esvaziamento dos espaços públicos e na desvalorização das edificações históricas. Lefebvre (2001) destaca a importância da



apropriação cidadã do espaço urbano e da construção de uma memória coletiva, permitindo que novas gerações reconheçam as camadas de tempo e história presentes nas cidades (Choay, 2001).

Assim, torna-se fundamental incluir o patrimônio arquitetônico no processo educativo para estimular o sentimento de pertencimento e responsabilidade em relação à preservação da história local. A formação de cidadãos críticos e conscientes do entorno é um desafio da educação contemporânea, e o estudo do patrimônio arquitetônico oferece uma oportunidade única para promover essa conscientização de maneira prática e contextualizada.

A metodologia deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de autores fundamentais no campo da educação patrimonial, da formação do espaço urbano e da importância do patrimônio arquitetônico. A pesquisa busca compreender o patrimônio enquanto prática social e sua relação com a educação emancipatória, tendo a arte como mediadora. A análise dos textos permitirá articular conceitos e perspectivas teóricas que fundamentam a valorização do patrimônio cultural e sua potencialidade educativa, contribuindo para reflexões sobre práticas pedagógicas voltadas à sensibilização e preservação do patrimônio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Paulo Freire (1987), a educação deve ser libertadora, possibilitando aos indivíduos a construção de um senso crítico sobre o mundo que os rodeia. Ao trazer o patrimônio arquitetônico para o debate educacional, o trabalho alinha-se a essa concepção freiriana e contribui para uma abordagem interdisciplinar do ensino, conectando arte, história e cidadania.

O uso do patrimônio como recurso pedagógico já foi explorado por diversos estudiosos. Horta (1999) sugere que a educação patrimonial deve ser integrada ao currículo escolar para sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. O autor afirma que, ao vivenciar o patrimônio local, os alunos não apenas adquirem conhecimento sobre a história e a cultura da comunidade, mas também desenvolvem uma atitude mais responsável com o espaço urbano.

As cidades contemporâneas refletem uma tensão entre o antigo e o novo, entre preservação e desenvolvimento. Lefebvre (2001) destaca que o espaço urbano é, simultaneamente, um produto social e uma condição para a reprodução das relações sociais.

Em Ponta Grossa, a falta de políticas públicas efetivas para a preservação do patrimônio



arquitetônico reforça a necessidade de uma educação voltada para a valorização desses espaços.

Segundo Lemos (2013), a preservação do patrimônio não pode se limitar a medidas técnicas e institucionais; é fundamental o envolvimento da comunidade para garantir a eficácia dessas ações. Isso reforça a necessidade de uma educação patrimonial ativa, que desperte o interesse e o engajamento dos jovens.

A arquitetura está entre as mais públicas formas de expressão artística, carregada de simbologias. A paisagem urbana resulta das relações entre o homem e o meio ambiente, sendo dinâmica e ressignificada conforme os usos do espaço se modificam. Contudo, só se pode reconhecer uma paisagem urbana se nela permanecerem elementos remanescentes de outras épocas.

A compreensão do espaço e sua construção é essencial para justificar a preservação do patrimônio, especialmente por meio da educação. A produção do espaço urbano e sua arquitetura estão diretamente condicionadas por esse processo. Santos (1997) afirma que "se existem espaços vazios, já não existem espaços neutros", destacando que o espaço é continuamente significado e ressignificado.

No início, o espaço natural oferecia subsistência ao homem nômade. Com a fixação à terra, sua relação com o espaço mudou, agregando valor simbólico e prático. O espaço tornou-se território, permeado por relações de poder e sistemas de representação (Ching, 2016). À medida que as sociedades se agrupam para defender seu território, o espaço se satura de carga simbólica, refletida no estilo arquitetônico das edificações. Grupos compartilham expectativas e se representam no cenário urbano por meio de suas residências, onde o estilo escolhido serve como vitrine dos papéis sociais desempenhados.

A organização da vida cotidiana pode ser entendida pelo conceito de Mayol (1996), que apresenta o uso de espaços públicos como articulador da vida coletiva. A convivência em grupo requer renúncia a desejos individuais em troca de "benefícios simbólicos" e aceitação das normas comunitárias. Esse reconhecimento promove a adesão ao sistema de valores e à identidade grupal, incluindo a produção do espaço urbano. O imaginário coletivo influencia os discursos sociais, criando normas e valores raramente questionados por estarem profundamente arraigados. O bairro, segundo Mayol (1996), é o lugar de pertencimento do indivíduo, onde se confrontam o espaço público e privado. Para que esse pertencimento seja significativo, é necessário que os habitantes compreendam as camadas históricas da cidade como parte de sua própria história.



Vivemos um momento de mercantilização excessiva, em que o espaço urbano é tratado como mercadoria e as relações sociais são mediadas pelo dinheiro (Carlos, 2005). Lefebvre (2001) afirma que a urbanização supera a industrialização, impactando a forma como as cidades são produzidas e pensadas como mercadorias. O urbano se diferencia da cidade, sendo uma forma social afirmada. Ele propõe uma visão antropológica do desenvolvimento urbano, que passa pela história das cidades e seus processos comerciais e industriais, resultando nas cidades contemporâneas, como Ponta Grossa.

Mumford (1961) define a cidade como "plexo geográfico, organização econômica, processo institucional, teatro de ação social e símbolo estético de unidade coletiva". Ele afirma que os interesses econômicos dominam a terra, reforçando a relevância das ideias de Lefebvre sobre o direito à cidade, que inclui liberdade, habitat, obra e apropriação (Lefebvre, 2001). Nas cidades, os discursos de poder moldam os espaços e as relações humanas, criando barreiras ao direito à cidade (Foucault, 2014).

A leitura do espaço e sua arquitetura ainda é desconhecida por grande parte da população. A conscientização e o desenvolvimento de um olhar crítico podem reverter o quadro de indiferença ao patrimônio cultural.

Patrimônio enquanto prática social

O conceito de patrimônio cultural se ressignificou, expandindo-se de uma visão restrita aos bens materiais e monumentos históricos para uma compreensão mais ampla, que inclui a cultura imaterial e as expressões culturais de diversos grupos sociais (Choay, 2011). No século XIX, surgiu a preocupação com o patrimônio material, então restrito a monumentos e obras de arte de valor excepcional, refletindo uma visão predominantemente europeia. Riegl (2006) introduziu a ideia de múltiplos valores no patrimônio, diferenciando o valor histórico do valor de antiguidade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a devastação de cidades históricas levou à reavaliação do patrimônio, ampliando-o para incluir a cultura popular e os modos de vida. Documentos como a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964) estabeleceram princípios para a conservação do patrimônio material. A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972) foi um marco, reconhecendo o valor de bens culturais e naturais. Nos anos 1980, o patrimônio imaterial, que inclui tradições e saberes, ganhou reconhecimento como parte da identidade e memória dos povos. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003) formalizou esse reconhecimento. Pierre



Nora (1993), com seu conceito de "lugares de memória", e Sahlins (2003) valorizaram as tradições imateriais.

Nas décadas de 1990 e 2000, o conceito de desenvolvimento sustentável afetou a preservação do patrimônio, agora visto como essencial para o desenvolvimento econômico e social das comunidades. O conceito de paisagem cultural, apresentado na Convenção Europeia da Paisagem (2000), destacou a interação entre natureza e cultura. A ONU e a UNESCO desempenham papéis centrais na definição e proteção do patrimônio cultural global. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial (1972) criou a Lista do Patrimônio Mundial, e a Convenção de 2003 ampliou o conceito de patrimônio para incluir expressões e tradições culturais.

No Brasil, a preservação do patrimônio ganhou força no final do século XIX, com o crescimento urbano e a busca por uma nova identidade nacional após a Proclamação da República. Em 1937, Getúlio Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com Mário de Andrade como um dos idealizadores. A Missão de Pesquisas Folclóricas, liderada por Andrade em 1938, ampliou a ideia de patrimônio, incluindo manifestações culturais e folclóricas (Castriota, 2009).

O IPHAN adota uma visão ampla de patrimônio, abrangendo tanto o material quanto o imaterial. O patrimônio material envolve bens móveis e imóveis de relevância histórica e estética, como monumentos e sítios arqueológicos. Já o patrimônio imaterial compreende práticas culturais e tradições que expressam a identidade de grupos sociais. Um dos principais instrumentos da atuação do órgão é o tombamento, que visa garantir a preservação de bens culturais para futuras gerações.

A legislação brasileira sobre patrimônio cultural é robusta. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, define o patrimônio cultural como bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Decreto-Lei nº 25, de 1937, regulamenta o tombamento de bens materiais, e o Decreto nº 3.551, de 2000, estabelece o registro de bens imateriais. O Brasil é signatário de convenções internacionais que influenciam suas políticas de preservação, como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972).

Apesar da vasta produção acadêmica sobre patrimônio cultural, o tema ainda é delicado. As constantes demolições de edifícios antigos evidenciam a necessidade de debater o assunto. A urbanista Ana Fani Carlos (2001) argumenta que os interesses imobiliários estão destruindo os suportes materiais da memória coletiva, criando um "espaço amnésico".



A educação pela arte

Educação emancipatória com a arte como mediadora A arte é uma produção humana, e sua história reflete a da humanidade. Seus registros são testemunhos que nos ajudam a compreender nossa produção e o mundo ao nosso redor. Produzir arte é transmitir valores e provocar emoções e reflexões (Bosi, 2004). Fischer (2014, p. 13) afirma: "A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e ideias".

A arte desenvolve habilidades, sensibilidade, comunicação e criatividade, devendo ser vivenciada e compreendida. A educação é um espaço de liberdade de pensamento e construção, permitindo formar cidadãos cientes de seu papel no mundo. O estudo desenvolve o pensamento crítico, essencial para evitar a alienação. A arte constrói valores e repertórios, sendo crucial para criar uma sociedade justa e igualitária.

Entre as linguagens das Artes Visuais, a Arquitetura é a arte e técnica de organizar espaços e criar ambientes para abrigar atividades humanas, com intenção estética (Lemos, 1994). Essa relação é relevante para entrelaçar arte e patrimônio cultural, apresentando a educação patrimonial dentro de seus conceitos e relações com a arte-educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1930, com o início do debate sobre o patrimônio no Brasil e a criação do SPHAN, a educação patrimonial já fazia parte dessas discussões, entendendo que a preservação do patrimônio passava pela educação.

O conceito de educação patrimonial é amplamente discutido por diversos autores e instituições ao longo do tempo. Abrange práticas educacionais voltadas para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural. Para aprofundar esse conceito e sua aplicação, o IPHAN é uma referência importante. Em documentos como a Carta de Educação Patrimonial, o IPHAN define a educação patrimonial como uma prática educativa para a valorização do patrimônio cultural, promovendo a apropriação crítica da herança cultural por diferentes grupos sociais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desde a década de 1990, incluíram o patrimônio como tema transversal, tornando sua presença mais comum nos meios de comunicação e nos programas educativos. No entanto, Scifoni (2017) aponta a necessidade de uma fundamentação teórica para a temática, que ainda é incipiente e frágil. A autora



argumenta que é preciso superar abordagens tradicionais e conservadoras, promovendo uma reflexão crítica do campo conceitual. Destaca também a importância de situar o patrimônio no século XXI, em meio a uma realidade complexa de interesses e ações público-privadas, considerando que as instituições culturais, incluindo as de patrimônio, estão inseridas em uma lógica de mercado.

São ricas as discussões que permeiam a temática, suas diferentes possibilidades e interpretações. Santos (2005) apresenta os conceitos de patrimônio cultural e a importância da educação patrimonial no Brasil, além de estratégias para sua aplicação nas escolas. Fonseca (2005) descreve a educação patrimonial como um instrumento essencial para a formação da cidadania e construção de uma visão crítica sobre o patrimônio. Kühl (2009) discute a integração entre o ensino e a preservação do patrimônio cultural, conectando-o à cidadania e à conscientização. Real e Fonseca (2009) tratam da educação patrimonial como prática crítica, que vai além da simples transmissão de informações, estimulando a participação ativa e reflexiva dos indivíduos. Carrillo e Lemus (2006) destacam a educação patrimonial como uma possibilidade de fortalecer a memória coletiva e identidade cultural por meio de atividades práticas. Real e Fonseca (2009) aprofundam a abordagem crítica e reflexiva do ensino do patrimônio, enfatizando a inclusão social.

Esse debate deve estar articulado com a reflexão dos processos cognitivos, baseando-se em teóricos como Vygotsky (1987), que enfatiza a complexidade da formação de conceitos por meio de interações sociais e culturais, e Piaget (1977), que aponta que o aprendizado ocorre continuamente ao longo da vida, em interação com o ambiente.

Difundir o tema do patrimônio cultural além dos círculos acadêmicos é fundamental para conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação e apropriação das cidades por todos. A educação é um dos caminhos para isso. As diretrizes para trabalhar arte, especialmente a educação patrimonial, partem do princípio de que é necessário contextualizar, fazer e apreciar, a base da metodologia triangular desenvolvida por Ana Mae Barbosa (2010). É crucial aprender esses três aspectos para apropriar-se adequadamente do conteúdo. No "contextualizar", ocorre a apropriação do espaço e do tempo da obra, compreendendo seu lugar na sociedade e suas técnicas, situando o espectador e embasando-o para criar seu próprio repertório. O "fazer" é o momento da expressão, onde se aplicam técnicas e vontades para chegar ao produto final. No "apreciar", realizam-se leituras das obras de arte, a fruição e o treino dos sentidos. Com essas etapas, organiza-se um aprendizado consistente, permitindo a compreensão do fazer, do conhecer e do expressar, conforme apontado por Bosi (2004).



Na nova realidade globalizada, com um pluralismo cultural sem precedentes, é essencial conservar o patrimônio arquitetônico, que é parte de nossas identidades. A conservação do patrimônio e a educação patrimonial contribuem para a promoção da diversidade cultural, e não da uniformidade. Essa conservação deve ser consciente e criteriosa, definindo limites do passado e sendo receptiva ao futuro, com seu crescente desenvolvimento tecnológico. A educação patrimonial pode ser um instrumento poderoso para mobilizar a sociedade em torno da importância da preservação da memória coletiva, e esta pesquisa busca contribuir para essa mobilização ao integrar o patrimônio arquitetônico ao ensino de arte e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a educação patrimonial, articulada à arte e à formação cidadã, é uma ferramenta fundamental para a preservação da memória coletiva e a construção de identidades urbanas. Em Ponta Grossa, a falta de políticas públicas eficazes e a alienação da população em relação ao patrimônio arquitetônico destacam a necessidade de práticas educativas que promovam a apropriação crítica do espaço urbano. A revisão teórica, baseada em autores como Paulo Freire, Henri Lefebvre e Françoise Choay, reforçou a importância de uma abordagem interdisciplinar, que integre arte, história e cidadania, para reverter a lógica mercantilista que ameaça o patrimônio.

A aplicação empírica desses conceitos pode contribuir significativamente para a comunidade científica e para a sociedade, ao propor metodologias que transformem o patrimônio em recurso pedagógico. A educação patrimonial, ao utilizar a arte como mediadora, permite que os cidadãos reconheçam as camadas históricas da cidade e desenvolvam um sentimento de pertencimento e responsabilidade. No entanto, é necessário avançar em pesquisas que explorem práticas educativas inovadoras, como a criação de materiais didáticos e a integração de tecnologias digitais, para ampliar o alcance e a eficácia dessas ações.

Por fim, o estudo aponta para a necessidade de novas investigações que aprofundem o diálogo entre educação patrimonial, políticas públicas e participação comunitária. A preservação do patrimônio não deve ser vista apenas como uma questão técnica, mas como um processo social que envolve a comunidade na construção de uma cidade mais justa e humanizada. A educação, nesse contexto, é um caminho essencial para transformar a relação



das pessoas com o espaço urbano e garantir a preservação da memória coletiva para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. CUNHA, Fernanda Pereira. **Abordagem Triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1990. Disponível em: [Introdução \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/parâmetros-curriculares-nacionais). Acesso em: 24 set. 2024.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 2004.

CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole**. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARRILLO, Luis; LEMUS, Carlos. **Educação Patrimonial: Memória e Identidade**. São Paulo: Global, 2006.

CARTA DE ATENAS (1933). Carta de Atenas de 1933: Declaração Final do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Tradução de Vitor da Silva. Disponível em: [Microsoft Word - CP2 - Carta de Atenas I 1931.doc \(iphan.gov.br\)](https://www.iphan.gov.br/microsoft-word-cp2-carta-de-atenas-i-1931.doc). Acesso em: 26 set. 2024.

CARTA DE VENEZA (1964). Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. Tradução de José Luiz M. de Araújo. Disponível em: [Microsoft Word - CP2 - Carta de Veneza 1964.doc \(iphan.gov.br\)](https://www.iphan.gov.br/microsoft-word-cp2-carta-de-veneza-1964.doc). Acesso em: 26 set. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: Conceitos, políticas instrumentos**. São Paulo: Belo Horizonte: Annalume: IEDS, 2009.

CHING, F.; JARZOMBEEK, M.; PRAKASH, V. **História Global da Arquitetura**. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes; Editora SENAC São Paulo, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **O Patrimônio em Questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Carta de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. São Paulo: EDUSP, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEMOS. **Da taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (orgs.). **A invenção do cotidiano 2 - Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 37-45.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.190, 1997.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

REAL, Carmen; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Educação Patrimonial: Construindo uma Visão Crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem**. Tradução de Gustavo Schnoor. Rio de Janeiro: 34, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALDANHA, Nelson. **Patrimônio arquitetônico: história e preservação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>>. Acesso em: 25 set. 2024.

_____. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/convention>>. Acesso em: 26 set. 2024.

SANTOS, Laura R. Lima dos. **Educação Patrimonial: História e Cultura Material**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 185-199, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/29218>. Acesso em: 25 de setembro de 2024.

VYGOSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

